



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

## Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - Área Administrativa** **Especialidade Contabilidade**

Caderno de Prova, Cargo C03 , Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
<b>Português</b> <b>Conhecimentos Específicos</b> <b>Estudo de Caso</b>

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para rascunho do Estudo de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá um total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e transcrição).
- Para rascunho, se necessário, utilize as folhas a ele reservado.
- Você deverá transcrever as respostas da sua prova de Estudo de Caso no caderno apropriado. Os rascunhos não serão considerados.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Junho/2006

**PORTUGUÊS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

**Caso de injustiça**

*Quando adolescente, o poeta Carlos Drummond de Andrade foi expulso do colégio onde estudava. A razão alegada: “insubordinação mental”. O fato: o jovem ganhara uma nota muito alta numa redação de Português, mas o professor, ao lhe devolver o texto avaliado, disse-lhe que ele talvez não a merecesse. O rapaz insistiu, então, para que lhe fosse atribuída uma nota conforme seu merecimento. O caso foi levado ao diretor da escola, que optou pela medida extrema. Confessa o poeta que esse incidente da juventude levou-o a desacreditar por completo, e em definitivo, da justiça dos homens.*

*Está evidente que a tal da “insubordinação mental” do rapaz não foi um desrespeito, mas uma reação legítima à restrição estapafúrdia do professor quanto ao mérito que este mesmo, livremente, já consignara. O mestre agiu com a pequenez dos falsos benevolentes, que gostam de transformar em favor pessoal o reconhecimento do mérito alheio. Protestando contra isso, movido por justa indignação, o jovem discípulo deu ao mestre uma clara lição de ética: reclamou pelo que era o mais justo. Em vez de envergonhar-se, o professor respondeu com a truculência dos autoritários, que é o reduto da falta de razão. E acabou expondo o seu aluno à experiência corrosiva da injustiça, que gera ceticismo e ressentimento.*

*A “insubordinação mental”, nesse caso, bem poderia ter sido entendida como uma legítima manifestação de amor-próprio, que não pode e não deve subordinar-se à agressividade dos caprichos alheios. Além disso, aquela expressão deixa subentendido o mérito que haveria numa “subordinação mental”, ou seja, na completa rendição de uma consciência a outra. O que se pode esperar de quem se rege pela cartilha da completa subserviência moral e intelectual? Não foi contra esta que o jovem se rebelou? Por que aceitaria ele deixar-se premiar por uma nota alta a que não fizesse jus?*

*Muitas vezes um fato que parece ser menor ganha uma enorme proporção. Todos já sentimos, nos detalhes de situações supostamente irrelevantes, o peso de uma grande injustiça. A questão do que é ou do que não é justo, longe de ser tão-somente um problema dos filósofos ou dos juristas, traduz-se nas experiências mais rotineiras. O caso do jovem poeta ilustra bem esse gosto amargo que fica em nossa boca, cada vez que somos punidos por invocar o princípio ético da justiça.*

(Saulo de Albuquerque)

1. Ao comentar esse “caso de injustiça”, o autor do texto está sublinhando, fundamentalmente, a importância
  - (A) de que se deve revestir toda medida pedagógica, no trato com as reações temperamentais dos jovens rebeldes.
  - (B) que se deve atribuir, em qualquer situação, à responsabilidade ética de se preservar o que é efetivamente justo.
  - (C) de se experimentar o peso do que é injusto, para então se chegar à convicção de que a justiça é possível e necessária.
  - (D) de se considerar segundo as circunstâncias aquilo que é justo, pois não há nenhum princípio de justiça que seja duradouro.
  - (E) que reside nas demonstrações de benevolência, sobretudo naquelas em que se explicita a intenção de generosidade.

2. Considere as seguintes afirmações:
  - I. Embora a reação do rapaz tenha de fato configurado, para o autor do texto, um caso intolerável de “insubordinação mental”, considerou este extremamente injusta a medida disciplinar adotada.
  - II. O que há de positivo e desejável numa “subordinação mental” desaparece, segundo o autor do texto, quando esta é efeito de uma imposição autoritária.
  - III. Mesmo a experiência das pequenas injustiças pode ser decisiva, pois a partir delas é possível formar-se a convicção de que o que é verdadeiramente justo não tem lugar nas ações humanas.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

  - (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto do segundo parágrafo, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão em:
  - (A) *restrição estapafúrdia* = restringência disparatada.
  - (B) *a pequenez dos falsos benevolentes* = a diminuição dos contumazes generosos.
  - (C) *o reduto da falta de razão* = o exílio da irracionalidade.
  - (D) *experiência corrosiva da injustiça* = vivência do agressivamente injusto.
  - (E) *gera ceticismo e ressentimento* = acarreta incredulidade e dissentimento.

<p>4. No contexto do terceiro parágrafo, a expressão</p> <p>(A) “subordinação mental” indica a qualidade de quem não transige na administração do amor-próprio.</p> <p>(B) “subordinação mental” indica a reação de quem vai de encontro ao que determina a cartilha da completa subserviência.</p> <p>(C) “insubordinação mental” indica a qualidade de quem vai de encontro ao que determina seu amor-próprio.</p> <p>(D) “insubordinação mental” indica a reação de quem não se envergonha de contestar o outro de modo truculento e autoritário.</p> <p>(E) “insubordinação mental” indica a reação de quem vai de encontro à ação caprichosa e autoritária do outro.</p>	<p>7. Transpondo-se para outra voz verbal a frase ....., a forma verbal resultante será .....</p> <p>Preenchem corretamente as lacunas da frase acima apresentada, respectivamente:</p> <p>(A) o poeta foi expulso do colégio / expulsou-se.</p> <p>(B) que lhe fosse atribuída uma nota / se atribuísse.</p> <p>(C) o mérito que este já consignara / tinha consignado.</p> <p>(D) deu ao mestre uma clara lição / foi dado.</p> <p>(E) acabou expondo seu aluno / acabou sendo exposto.</p>
<p>5. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Podem ganhar proporções desmesuradas todo fato que, embora aparentemente pequeno, acaba formando uma grande convicção em face de um valor de alta permanência.</p> <p>(B) O autor não se furta em compactuar com o jovem aluno, em razão de terem ambos o mesmo procedimento diante do incidente gerado a partir do professor de Português, que redundou na expulsão da escola.</p> <p>(C) A referência ao gosto amargo que fica em nossa boca diz respeito às marcas da injustiça, o que trazem para nós esse ressentimento de quem não sabe se comprazer de algum princípio ético.</p> <p>(D) Sempre haverá aqueles que se valem de ações supostamente generosas para incutir no beneficiário delas não a convicção do que é justo, mas a obrigação do reconhecimento de um débito moral.</p> <p>(E) Não é preciso que se premie o mérito, o que é preciso é reconhecê-lo na justa medida do merecimento, sem o que se arrisca a transformá-lo numa dívida insondável, por parte de quem o premiou.</p>	<p>8. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Apenas uma avaliação justa de sua redação – eis tudo <u>o que</u> o jovem Drummond aspirava.</p> <p>(B) “Insubordinação mental” foi a justificativa <u>à qual</u> recorreu a direção da escola para expulsar o adolescente.</p> <p>(C) “Subordinação mental” é a expressão <u>à que</u> chega o autor, subentendendo o sentido de uma outra.</p> <p>(D) Entendendo o rapaz que não fazia jus <u>aquela</u> nota, solicitou ao professor uma nova avaliação.</p> <p>(E) O caso narrado deixa claro <u>de que</u> pequenas injustiças podem gerar grandes ressentimentos.</p> <p>9. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. O jovem foi expulso do colégio.</p> <p>II. A razão alegada foi “insubordinação mental”.</p> <p>III. O jovem deixou de crer na justiça dos homens.</p> <p>Essas afirmações estão articuladas de modo correto e coerente no seguinte período:</p> <p>(A) Com a alegação de que houvera “insubordinação mental” do jovem, expulsaram-no do colégio, e ele deixou de crer na justiça humana.</p> <p>(B) O jovem, que deixou de crer na justiça dos homens, porque lhe alegaram “insubordinação mental”, foi expulso do colégio.</p> <p>(C) Por ter sido alegada “insubordinação mental”, o jovem deixou de crer na justiça dos homens, tendo sido expulso do colégio.</p> <p>(D) Embora tenha sido alegada a “insubordinação mental”, o jovem deixou de crer na justiça dos homens, mesmo porque fora expulso do colégio.</p> <p>(E) Expulso do colégio, tendo em vista que a razão alegada foi “insubordinação mental”, o jovem ainda assim deixou de crer na justiça humana.</p>
<p>6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente atendidas na frase:</p> <p>(A) Não pode subordinar-se à eventual agressividade dos caprichos alheios aqueles que têm em alta conta o seu amor-próprio.</p> <p>(B) Não se esperem daqueles que se entregam aos rompantes da truculência qualquer gesto inspirado pelo sentimento de justiça.</p> <p>(C) Podem ficar em nossa boca, mais do que o gosto amargo da injustiça eventual, os travos da amargura e do ceticismo definitivos.</p> <p>(D) A repetição de pequenas experiências da injustiça costumam, com frequência, dar ensejo a convicções profundas e duradouras.</p> <p>(E) São negativos todos os ensinamentos de que derivam, em vez da confiança nos princípios, a descrença quanto aos valores morais.</p>	<p>10. Está inteiramente correta a pontuação da frase:</p> <p>(A) Nesse caso, a suposta “insubordinação mental” do jovem, bem poderia ter sido entendida como de fato uma legítima manifestação de seu amor-próprio.</p> <p>(B) Esse mestre de Português, do jovem Drummond, acabou por lhe dar em vez de uma nota alta, uma lição inesquecível de grande injustiça.</p> <p>(C) Houve grande dignidade, na reação do jovem quando descontente com a fala do professor, insurgiu-se contra o mestre.</p> <p>(D) A questão do que é ou do que não é justo não constitui, exclusivamente, um problema dos filósofos ou juristas, pois concerne à prática de todos.</p> <p>(E) A medida extrema da expulsão foi, segundo Drummond decisiva, para que ele a partir de então deixasse de crer na justiça dos homens.</p>

**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

**Falamos o idioma de Cabral?**

Se é que Cabral gritou alguma coisa quando avistou o monte Pascoal, certamente não foi “terra ã vishta”, assim, com o “a” abafado e o “s” chiado que associamos ao sotaque português. No século XVI, nossos primos lusos não engoliam vogais nem chiavam nas consoantes – essas modas surgiram no século XVII. Cabral teria berrado um “a” bem aberto e dito “vista” com o “s” sibilante igual ao dos paulistas de hoje. Na verdade, nós, brasileiros, mantivemos sons que viraram arcaísmos empoeirados para os portugueses.

Mas, se há semelhanças entre a língua do Brasil de hoje e o português antigo, há ainda mais diferenças. Boa parte delas é devida ao tráfico de escravos, que trouxe ao Brasil um número imenso de negros que não falavam português. “Já no século XVI, a maioria da população da Bahia era africana”, diz Rosa Virgínia Matos, lingüista da Universidade Federal da Bahia. “Toda essa gente aprendeu a língua de ouvido, sem escola”, afirma. Na ausência da educação formal, a mistura de idiomas torna-se comum e traços de um impregnam o outro. “Assim os negros deixaram marcas definitivas”, diz Rosa.

Também no século XVI, começaram a surgir diferenças regionais no português do Brasil. Num pólo estavam as áreas costeiras, onde os índios foram dizimados e se multiplicaram os escravos africanos. No outro, o interior, persistiam as raízes indígenas. À mistura dessas influências vieram se somar as imigrações, que geraram diferentes sotaques.

Mas o grande momento de constituição de uma língua “brasileira” foi o século XVIII, quando se explorou ouro em Minas Gerais. “Lá surgiu a primeira célula do português brasileiro”, diz Marlos Pessoa, da Universidade Federal de Pernambuco. A riqueza atraiu gente de toda parte – portugueses, bandeirantes paulistas, escravos que saíam de moinhos de cana e nordestinos. Ali, a língua começou a uniformizar-se e a exportar traços comuns para o Brasil inteiro pelas rotas comerciais que a exploração do ouro criou.

(Super Interessante. Almanaque de férias 2003. São Paulo, Abril, 2003, pp. 50-51)

11. Considere as seguintes afirmações:
- I. Atualmente, alguns sons que produzimos ao falar o português do Brasil não mais se produzem na língua falada pelos portugueses.
  - II. Escravos africanos e índios influenciaram, na mesma proporção e nas mesmas regiões, o falar do português brasileiro.
  - III. Apenas com a educação formal é que se constituiu o que se pode chamar de língua “brasileira”.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

12. Deve-se concluir, da leitura do texto, que no processo de formação e constituição de uma língua,
- (A) os fatores econômicos não têm peso decisivo.
  - (B) o aprendizado formal tem mais peso do que o informal.
  - (C) uma grande expansão comercial colabora em sua uniformização.
  - (D) a contribuição dos imigrantes tem pouca relevância.
  - (E) a célula geradora de sua uniformização é a prática da escrita.

13. Mas, se há semelhanças entre a língua do Brasil de hoje e o português antigo, há ainda mais diferenças.
- A frase acima conserva a correção e o sentido caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por
- (A) havendo semelhanças - haveria ainda mais diferenças.
  - (B) mesmo que haja semelhanças - há também diferenças.
  - (C) houvesse semelhanças - haveria também diferenças.
  - (D) no caso de haver semelhanças - as diferenças seriam mais numerosas.
  - (E) conquanto haja semelhanças - as diferenças são em maior número.

14. Considerando-se o contexto, na expressão *traços de um impregnam o outro* o fenômeno aí representado traduz uma
- (A) oposição entre falantes.
  - (B) interação de falares.
  - (C) predominância de um idioma.
  - (D) alternativa entre línguas.
  - (E) exclusão de sotaques.

<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do <b>plural</b> para preencher de modo correto a lacuna da seguinte frase:</p> <p>(A) A que palavras ..... (<b>ter</b>) recorrido, naqueles longínquos tempos, o comandante dos portugueses que avistaram o monte Pascoal?</p> <p>(B) Não ..... (<b>importar</b>) se foram estes ou aqueles povos que mais contribuíram para a constituição do português do Brasil; o que importa é especificar a contribuição.</p> <p>(C) Caso não ..... (<b>ter</b>) havido as imigrações, nossa língua teria deixado de contar com um grande número de vocábulos.</p> <p>(D) Não ..... (<b>caber</b>) à educação formal as iniciativas de constituição de uma língua; desta se encarregam os que a falam.</p> <p>(E) É preciso reconhecer o quanto ..... (<b>importar</b>) o fluxo de imigrantes para a constituição do português que falamos atualmente.</p>	<p>18. Está correta a articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Se Cabral tivesse gritado alguma coisa quando houvesse de avistar o monte Pascoal, certamente não foi “terra ã vishta”.</p> <p>(B) Na ausência da educação formal, a mistura de idiomas tornava-se comum e traços de um passavam a impregnar o outro.</p> <p>(C) À mistura dessas influências tinham vindo se somar as imigrações, que gerassem diferentes sotaques.</p> <p>(D) Mas o grande momento de constituição de uma “língua brasileira” passou a estar sendo o século XVIII, quando se explorara ouro em Minas Gerais.</p> <p>(E) A língua começou a uniformizar e a ficar exportando traços comuns para o Brasil inteiro pelas rotas comerciais que a exploração de ouro teve de estar criando.</p>
<p>16. Há <b>falta</b> ou <b>ocorrência indevida</b> do sinal de crase em:</p> <p>(A) Não é preciso agarrar-se à nenhuma teoria lingüística para se chegar à conclusão de que uma língua se constitui a partir de muitos intercâmbios com outras.</p> <p>(B) Ao se referir à língua de Cabral, o autor do texto lembra que, àquela época, certas sonoridades não eram estranhas às do português que se fala hoje no Brasil.</p> <p>(C) Assim, à primeira vista, não é fácil avaliar o que há de idêntico entre a prosódia brasileira e aquela que se verifica em Lisboa.</p> <p>(D) Tendo em vista a necessidade de se preservar a estrutura de uma língua, apela-se, com freqüência, às sistematizações da gramática normativa.</p> <p>(E) Daqui a um bom tempo, o português falado no Brasil poderá estar a uma considerável distância do que se fala hoje.</p>	<p>19. Está correta a flexão de todas as formas verbais na frase:</p> <p>(A) Não é verdade que os portugueses do século XV engulissem as vogais ou chiassem nas consoantes.</p> <p>(B) Sempre serão bem-vindos os imigrantes que chegam ao Brasil, em qualquer época, e trazerem para nós as marcas de sua língua e de sua cultura.</p> <p>(C) Caso a incorporação de termos estrangeiros não convisse aos falantes de um idioma, estes não haveriam de os aproveitar.</p> <p>(D) Se alguém rever os textos do português arcaico, se espantará com a profusão de termos que ainda freqüentam a fala brasileira em muitas regiões do país.</p> <p>(E) Foram-se somando ao português do Brasil, ao longo dos séculos, os traços que advieram das línguas dos que para cá emigraram.</p>
<p>17. No contexto do segundo parágrafo, o elemento sublinhado na expressão</p> <p>(A) <i>boa parte <u>delas</u></i> está-se referindo ao elemento <i>semelhanças</i>.</p> <p>(B) <i><u>que</u> trouxe ao Brasil</i> está-se referindo ao elemento <i>diferenças</i>.</p> <p>(C) <i>Toda <u>essa gente</u></i> está-se referindo ao elemento <i>a maioria da população da Bahia</i>.</p> <p>(D) <i><u>que</u> não falavam</i> está-se referindo ao elemento <i>português</i>.</p> <p>(E) <i>impregnam <u>o outro</u></i> está-se referindo ao elemento <i>negros</i>.</p>	<p>20. <i>A língua começou a uniformizar-se e a exportar traços comuns para o Brasil inteiro pelas rotas comerciais que a exploração do ouro criou.</i></p> <p>Se na frase acima substituirmos a forma verbal <i>criou</i> pela forma <i>deu ensejo</i>, o termo <i>que</i> deverá dar lugar à expressão</p> <p>(A) a cujas.</p> <p>(B) de cujas.</p> <p>(C) de onde.</p> <p>(D) a que.</p> <p>(E) com que.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Em relação às Demonstrações Contábeis, considere as seguintes afirmativas:

- I. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de acordo com a Lei nº 6.404/76 é de apresentação obrigatória para todas as sociedades anônimas.
- II. No Balanço Patrimonial está evidenciado o capital de terceiros de uma entidade.
- III. Na Demonstração da Conta Lucros/Prejuízos Acumulados é evidenciada a distribuição do resultado do exercício.
- IV. A Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos evidencia as causas que geram a variação das disponibilidades.
- V. A apresentação do Balanço Social é obrigatória apenas para as companhias fechadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) IV e I.
- (E) V e II.

**Instruções:** Com base unicamente nos dados fornecidos, responda às questões de números 22 a 25.

As empresas A, B e C atuam no setor de serviços e, ao final do exercício de 2004, tinham uma situação patrimonial conforme os gráficos abaixo evidenciam:

Cia. A		Cia. B	
ATIVO 250	PASSIVO 180	ATIVO 400	PASSIVO 300
	PL 70		PL 100

Cia. C	
ATIVO 300	PASSIVO 240
	PL 60

Em 2005 as empresas realizaram as seguintes operações:

Operações efetuadas	Cia. A	Cia. B	Cia. C
Realização de receitas à vista	15	22	40
Receitas efetuadas a prazo	90	90	25
Recebimentos por conta de serviços a serem prestados futuramente	40	30	30
Despesas Administrativas pagas no período	50	55	45
Despesas Diversas provisionadas	20	13	80
Depreciações a apropriar no período	5	9	10
Pagamentos de passivos	20	12	10
Obrigações financeiras contraídas	15	20	10

22. Observando apenas a composição gráfica patrimonial das empresas, proporcionalmente,

- (A) a maior situação líquida é a da Cia. C.
- (B) o maior capital de terceiros é o da Cia. B.
- (C) o menor endividamento é Cia. B.
- (D) o maior capital próprio é o da Cia. A.
- (E) a menor situação líquida é a da Cia. A.

23. Em relação à apuração do resultado do exercício de 2005, a Cia.

- (A) C apurou um prejuízo.
- (B) B foi a única empresa a ter lucro.
- (C) C apurou lucro de 35.
- (D) A teve resultado nulo.
- (E) A obteve um prejuízo de 35.

24. Após as operações de 2005, os saldos finais indicam que

- (A) o valor da situação líquida apresentado pela Cia. A é 35.
- (B) ocorreu uma diminuição no PL da Cia. B.
- (C) o capital próprio da Cia. C aumentou.
- (D) a situação líquida da Cia. B não foi alterada.
- (E) a Cia. C está com o passivo a descoberto.

25. Se as companhias utilizarem o regime de Caixa

- (A) a despesa total da Cia. C será 55.
- (B) a receita total da Cia. B será 90.
- (C) a Cia. C obterá um lucro de 25.
- (D) todas as empresas obterão prejuízo.
- (E) somente a Cia. B obterá lucro.

26. Os gastos relacionados a benfeitorias feitas em propriedades de terceiros com durabilidade de 3 anos são classificadas como

- (A) Despesas Operacionais.
- (B) Perdas de Capital.
- (C) Gastos Permanentes Diferidos.
- (D) Ativo Permanente Imobilizado.
- (E) Despesas Não-Operacionais.

27. A Resolução CFC 750/93 estabelece como princípios fundamentais de contabilidade:

- (A) a variação monetária e o custo de oportunidade.
- (B) a continuidade e a fidedignidade.
- (C) a competência e a prudência.
- (D) o registro pelo valor original e a tempestividade.
- (E) a entidade e a objetividade.

28. Altera positivamente a situação líquida de uma entidade

- (A) o provisionamento de 13º salário.
- (B) a realização de uma venda à vista.
- (C) o registro da depreciação acumulada.
- (D) o reconhecimento da variação cambial passiva.
- (E) o recebimento de uma receita antecipada.

29. Os Restos a Pagar decorrem do

- (A) regime de caixa.
- (B) regime de competência para a Receita.
- (C) acompanhamento da execução orçamentária.
- (D) regime de caixa para a despesa.
- (E) regime de competência para a despesa.

<p>30. Créditos adicionais são autorizações de despesas não-computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual. Créditos adicionais especiais, extraordinários e suplementares, respectivamente, são autorizações para</p> <p>(A) despesas não consideradas na Lei Orçamentária; atender a despesas imprevisíveis e urgentes; reforço de dotações orçamentárias que se acrescem aos valores das dotações constantes da Lei Orçamentária.</p> <p>(B) atender a despesas imprevisíveis e urgentes; reforço de dotações orçamentárias que se acrescem aos valores das dotações constantes da Lei Orçamentária; cobertura de despesas eventuais não consideradas na Lei Orçamentária.</p> <p>(C) cobertura de despesas eventuais não consideradas na Lei Orçamentária; reforço de dotações orçamentárias que se acrescem aos valores das dotações constantes da Lei Orçamentária; atender a despesas imprevisíveis e urgentes.</p> <p>(D) reforço de dotações orçamentárias que se acrescem aos valores das dotações constantes da Lei Orçamentária; atender a despesas imprevisíveis e urgentes; despesas eventuais não consideradas na Lei Orçamentária.</p> <p>(E) reforço de dotações orçamentárias que se acrescem aos valores das dotações constantes da Lei Orçamentária; cobertura de despesas eventuais não consideradas na Lei Orçamentária; atender a despesas imprevisíveis e urgentes.</p>	<p>32. Encampação de dívida passiva corresponde a</p> <p>(A) mutação patrimonial passiva.</p> <p>(B) variação passiva independente da execução orçamentária.</p> <p>(C) despesa extra-orçamentária.</p> <p>(D) variação ativa independente da execução orçamentária.</p> <p>(E) despesa orçamentária no exercício em que assumiu.</p>
<p>31. As despesas de capital são classificadas em Inversões Financeiras, Transferências de Capital e Investimentos, que correspondem, respectivamente, a dotações</p> <p>(A) para planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos, instalações e material permanente; dotações para investimentos que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente da contraprestação direta em bens ou serviços; dotações destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização.</p> <p>(B) para investimentos que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente da contraprestação direta em bens ou serviços; dotações para planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos, instalações e material permanente; dotações destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização.</p> <p>(C) destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização; dotações para investimentos que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente da contraprestação direta em bens ou serviços; dotações para planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos, instalações e material permanente.</p> <p>(D) destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização; dotações para planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos, instalações e material permanente; dotações para investimentos que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente da contraprestação direta em bens ou serviços.</p> <p>(E) para planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos, instalações e material permanente; dotações destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização; dotações para investimentos que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente da contraprestação direta em bens ou serviços.</p>	<p>33. A inscrição de créditos tributários em Dívida Ativa provoca</p> <p>(A) variação passiva independente da execução orçamentária.</p> <p>(B) variação passiva resultante da execução orçamentária.</p> <p>(C) mutação patrimonial ativa.</p> <p>(D) variação ativa independente da execução orçamentária.</p> <p>(E) variação ativa resultante da execução orçamentária.</p>
	<p>34. Em relação aos bens patrimoniais das entidades de Direito Público é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) material permanente é aquele de duração superior a dois anos.</p> <p>(B) não poderão ser feitas reavaliações de bens móveis e imóveis.</p> <p>(C) os bens do almoxarifado serão avaliados pelo preço médio ponderado das compras.</p> <p>(D) os débitos e créditos, bem como os títulos de renda serão avaliados pelo seu valor nominal feita a conversão (quando em moeda estrangeira) à taxa vigente na data.</p> <p>(E) bens móveis e imóveis serão avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção/construção.</p>
	<p>35. O Balanço Patrimonial compreende:</p> <p>(A) receita e despesas orçamentárias, recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, saldos do exercício anterior e saldos que se transferem para o exercício seguinte.</p> <p>(B) comparativo entre receitas e despesas previstas e realizadas, onde a despesa fixada pode ser realizada somente até o valor autorizado.</p> <p>(C) as operações de natureza compensada, quer ativas ou passivas.</p> <p>(D) os elementos ativos do patrimônio governamental com os saldos do exercício anterior e saldos que se transferem para o exercício seguinte.</p> <p>(E) o ativo e o passivo financeiros, bem assim o ativo e o passivo permanentes.</p>

<p>36. Nas entidades de direito público, a dívida passiva compõe-se de</p> <p>(A) Dívida Flutuante e Dívida Fundada.</p> <p>(B) Dívida Fundada Interna e Dívida Fundada Externa.</p> <p>(C) Restos a Pagar, Dívida Flutuante e Serviço da Dívida a Pagar.</p> <p>(D) Restos a Pagar e Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).</p> <p>(E) Dívida Fundada e Serviço da Dívida a Pagar.</p>	<p>40. Restos a pagar são:</p> <p>(A) as despesas empenhadas e não pagas até 30/11, distinguindo-se as processadas e as não-processadas.</p> <p>(B) as despesas empenhadas, mas não pagas até 31/12.</p> <p>(C) as despesas reservadas, mas não liquidadas até 31/12.</p> <p>(D) os recursos que a Administração receberá até 31/12 do ano seguinte.</p> <p>(E) as despesas liquidadas, mas não empenhadas.</p>
<p>37. Em relação ao princípio orçamentário da universalidade, é correto afirmar que</p> <p>(A) em regra, não se inclui na lei de orçamento, normas estranhas à previsão de receita e à fixação de despesa.</p> <p>(B) cada orçamento deve se ajustar a um método único não querendo dizer que deva compreender todas as receitas e despesas numa única peça.</p> <p>(C) o orçamento inclui todas as receitas e despesas, quer da Administração direta, quer da Administração indireta.</p> <p>(D) o orçamento deve ser expresso de forma clara, ordenada e completa, e manter o equilíbrio, do ponto de vista financeiro, entre os valores de receita.</p> <p>(E) o orçamento inclui somente as receitas e despesas da Administração direta.</p>	<p>41. Não são considerados recursos para cobertura de créditos adicionais os provenientes de:</p> <p>(A) operação de crédito realizada para atender insuficiência de caixa, possuindo natureza extra-orçamentária.</p> <p>(B) anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos autorizados em lei.</p> <p>(C) superávit financeiro do exercício anterior apurado em balanço patrimonial.</p> <p>(D) excesso de arrecadação.</p> <p>(E) empréstimos e financiamentos de natureza orçamentária.</p>
<p>38. O sistema orçamentário público é composto por três leis de iniciativa do Executivo sendo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias</p> <p>(A) constitui-se no instrumento utilizado para a consequente materialização do conjunto de ações que foram planejadas, visando ao melhor atendimento e bem estar da comunidade.</p> <p>(B) prevê despesas de capital que não se associam à ações corriqueiras de operação e manutenção de serviços pré-existent, apresentando projetos de forma individual e financeiramente quantificados.</p> <p>(C) estabelece metas de governo para um período de 4 anos.</p> <p>(D) é integrada pelos orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social.</p> <p>(E) propõe critérios para limitação de empenho e movimentação financeira e apresenta anexos de metas e de riscos fiscais, entre outros conteúdos, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>	<p>42. Na Administração financeira de entidades públicas, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) As fundações e autarquias que se mantêm unicamente de suas próprias receitas, não dependendo de quaisquer repasses vindos do Tesouro Central, estão obrigadas aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que desta Lei só se ressalvam as empresas públicas e as sociedades de economia mista que gerem os recursos necessários à sua operação econômica.</p> <p>(B) A Lei nº 4320/64 possui objeto distinto do da Lei de Responsabilidade Fiscal. Enquanto àquela refere-se a normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.</p> <p>(C) Os fundos especiais de despesa não se valem das dotações aprovadas no orçamento geral.</p> <p>(D) A Receita Corrente Líquida é o denominador comum de todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, de pessoal, despesas previdenciárias, reserva de contingência e Dívida Fundada.</p> <p>(E) A Receita Corrente Líquida é a soma dos doze meses de receita, a do mês de apuração e a dos onze meses anteriores.</p>
<p>39. Na ordem normal de processamento, a despesa pública passa pelas seguintes fases:</p> <p>(A) reserva de dotação orçamentária, empenho, pagamento e liquidação.</p> <p>(B) liquidação, empenho e pagamento.</p> <p>(C) pagamento, empenho e liquidação.</p> <p>(D) empenho, liquidação e pagamento.</p> <p>(E) empenho, reserva de dotação orçamentária e pagamento.</p>	

<p>43. Em relação à LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal é correto afirmar:</p> <p>(A) Na Lei de Responsabilidade Fiscal são fixados percentuais máximos de despesas com Pessoal em 50% para a União e 54% para os Municípios.</p> <p>(B) A Lei de Responsabilidade Fiscal revogou a Lei Federal nº 4.320/64.</p> <p>(C) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre.</p> <p>(D) O Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada bimestre pelos titulares dos Poderes.</p> <p>(E) Para a despesa de pessoal o limite prudencial corresponde a 95% do limite máximo.</p>	<p>45. Em relação às normas profissionais, é correto afirmar que o auditor independente</p> <p>(A) deve guardar os papéis de trabalho da auditoria pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão de seu parecer.</p> <p>(B) pode fazer referência a trabalho de especialistas, mesmo que deseje emitir um parecer sem ressalva.</p> <p>(C) pode valer-se do trabalho de auditores internos da companhia auditada, caso em que sua responsabilidade fica com eles compartilhada.</p> <p>(D) pode executar serviços em companhia da qual detenha a propriedade de ações.</p> <p>(E) deve divulgar a terceiros informações sobre a companhia auditada, desde que solicitado pelo Conselho Federal de Contabilidade.</p>
<p>44. Relativamente à Lei de Responsabilidade Fiscal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Se for verificado ao final de um bimestre que a realização de receita não irá comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes promoverão limitação de empenho.</p> <p>(B) Caso haja renúncia de receita, deverá haver demonstração de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio de aumento da receita.</p> <p>(C) Em relação à receita corrente líquida, os percentuais de gastos com pessoal nos Estados serão de 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.</p> <p>(D) É desnecessária a realização de audiências públicas para debater os instrumentos do processo orçamentário nacional.</p> <p>(E) Os percentuais de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida nos Municípios serão de 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.</p>	<p>46. Em relação à relevância na auditoria independente, é correto afirmar que</p> <p>(A) independe da representatividade quantitativa ou qualitativa dos itens a serem analisados.</p> <p>(B) existe uma relação direta entre o risco de auditoria e o nível estabelecido de relevância.</p> <p>(C) não guarda qualquer relação com o risco de auditoria.</p> <p>(D) indícios de erros repetitivos, mesmo que não relevantes individualmente, podem indicar deficiência nos controles internos da companhia.</p> <p>(E) existe uma relação inversa entre o risco de auditoria e o risco de detecção que deve ser considerada ao estabelecer-se o nível de relevância.</p>
	<p>47. A obtenção de evidências quanto à suficiência, efetividade e continuidade dos sistemas de controle interno da entidade auditada inclui-se no procedimento de auditoria denominado</p> <p>(A) Inspeções físicas.</p> <p>(B) Revisões analíticas.</p> <p>(C) Testes de observância.</p> <p>(D) Testes substantivos.</p> <p>(E) Observações.</p>
	<p>48. O auditor independente da Cia. Penápolis solicitou à entidade que expedisse cartas para alguns clientes da companhia, a fim de que confirmassem, por meio de correspondência dirigida pessoalmente ao auditor, os valores constantes de uma relação de duplicatas de seu aceite que ainda não teriam sido liquidadas. Trata-se, portanto, de um pedido de confirmação</p> <p>(A) negativo informal.</p> <p>(B) negativo em preto.</p> <p>(C) negativo em branco.</p> <p>(D) positivo em branco.</p> <p>(E) positivo em preto.</p>

49. Quando há uma limitação significativa imposta pela entidade, à extensão do trabalho do auditor independente, esse deve emitir um parecer

- (A) com ressalva ou com abstenção de opinião.
- (B) adverso ou com abstenção de opinião.
- (C) adverso.
- (D) sem ressalva.
- (E) sem ressalva, mas com parágrafo de ênfase.

50. Em auditoria da demonstração de resultado da Cia. Brusque, o profissional encarregado obteve as seguintes informações dos registros contábeis e fiscais da sociedade, relativas ao exercício findo em 31/12/2005 (valores em R\$)

Lucro do exercício antes dos tributos sobre a renda e das participações .....	550.000,00
Prejuízo contábil acumulado .....	30.000,00
Prejuízo fiscal acumulado .....	55.000,00
Provisão para o imposto de renda das pessoas jurídicas .....	115.000,00
Provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido .....	60.000,00

Pelos estatutos da sociedade, as percentagens de participação dos empregados e dos administradores no lucro são, respectivamente, 10% e 5%. A companhia efetuou uma distribuição para os administradores e o auditor concluiu que o valor calculado pela companhia estava correto. O valor calculado corretamente foi, em reais, de

- (A) 14.850,00
- (B) 15.525,00
- (C) 16.125,00
- (D) 16.500,00
- (E) 17.250,00

51. Ao analisar o subgrupo Investimentos no Ativo Permanente da Cia. Alvorada, o auditor independente verificou que a participação societária da empresa na Cia. Noturno, registrada na contabilidade por R\$ 200.000,00, tinha sido avaliada pelo método do custo de aquisição. Constatou, ainda, que a investidora detinha 40% do capital votante da investida e 20% de seu capital total. Sabendo que a Cia. Alvorada é uma companhia aberta e que seu patrimônio líquido monta a R\$ 1.800.000,00, o auditor concluiu que o procedimento está

- (A) correto, porque a investida não é coligada nem controlada da investidora, não se lhe podendo aplicar o método da equivalência patrimonial.
- (B) incorreto, porque a participação societária na investida é relevante para a investidora, por representar mais de 10% de seu patrimônio líquido.
- (C) incorreto, porque a investida é equiparada a coligada da investidora, que é uma companhia aberta.
- (D) incorreto, porque em se tratando de companhia aberta, todos os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.
- (E) correto, porque a participação societária na investida não é relevante para a investidora, por representar menos de 15% de seu patrimônio líquido.

52. As seguintes informações foram extraídas dos registros contábeis e fiscais da Cia. Blumenau (valores em R\$)

Lucro líquido do exercício .....	460.000,00
Resultado positivo da equivalência patrimonial .....	280.000,00
Ganho na venda de imobilizado realizável no próximo exercício .....	20.000,00
Baixa de reserva de reavaliação contra resultado não-operacional .....	50.000,00
Prêmio recebido na emissão de debêntures .....	10.000,00
Dividendo obrigatório segundo estatuto da companhia .....	230.000,00

Consultado pela companhia se poderia constituir reserva de lucros a realizar, o auditor corretamente afirmou que o valor da reserva deveria ser, em R\$;

- (A) 20.000,00
- (B) 30.000,00
- (C) 50.000,00
- (D) 60.000,00
- (E) 70.000,00

53. No que tange à formalização dos contratos administrativos, considere:

- I. Nos casos de contratação precedida de licitação na modalidade menor preço, é indispensável o termo do contrato ou a nota de empenho de despesa.
- II. Decorridos 90 dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- III. Nas concorrências e nas tomadas de preço, a minuta do futuro contrato constitui-se em anexo obrigatório do edital.
- IV. É condição indispensável para a eficácia do contrato administrativo a publicação resumida de seu instrumento ou de seus aditamentos na Imprensa Oficial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

54. Com o objetivo de celebrar um contrato de obra destinado à construção de um edifício público, cujo custo estimado é de R\$ 2.000.000,00, o órgão responsável pelo certame deverá determinar, em tese, a abertura de licitação sob a modalidade de

- (A) concurso.
- (B) tomada de preços.
- (C) convite.
- (D) concorrência.
- (E) pregão.

<p>55. Dentre as formas de provimento de cargos públicos, a readaptação é</p> <p>(A) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.</p> <p>(B) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.</p> <p>(C) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no resultante de sua transformação, a critério de perícia médica oficial.</p> <p>(D) o retorno do servidor físico e mentalmente são em qualquer cargo, e decorrerá também, de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.</p> <p>(E) o regresso à atividade de servidor colocado em disponibilidade, desde que apto para o trabalho, em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.</p>	<p>58. O servidor público, ao se omitir diante de determinada situação, quando deveria agir por dever legal, deu causa a danos na esfera patrimonial do administrado, lesou o bem público e, ainda, incidiu na prática de um delito omissivo previsto no Código Penal. Diante desta situação, o servidor responderá, em tese,</p> <p>(A) perante a esfera civil, administrativa e penal, posto que independentes entre si.</p> <p>(B) somente na esfera penal, uma vez que esta abrange as demais.</p> <p>(C) apenas administrativamente, já que a referida omissão ocorreu durante o exercício funcional.</p> <p>(D) tão-somente perante o juízo cível, posto que por ser mais abrangente tem força para absorver as demais.</p> <p>(E) administrativa e penalmente, restando a responsabilidade civil absorvida pelas demais.</p>
<p>56. No que tange às hipóteses de vacância de cargo público, considere:</p> <p>I. Constitui penalidade decorrente da prática de ilícito administrativo e culmina com o desligamento do servidor dos quadros do funcionalismo.</p> <p>II. Não constitui penalidade e se dá a pedido ou de ofício, sendo que neste segundo caso ocorre, dentre outras hipóteses, quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.</p> <p>Tais situações dizem respeito, respectivamente, a</p> <p>(A) disponibilidade e remoção.</p> <p>(B) exoneração e demissão.</p> <p>(C) remoção e demissão.</p> <p>(D) demissão e exoneração.</p> <p>(E) reversão e exoneração.</p>	<p>59. Em relação à posse e ao exercício é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento.</p> <p>(B) o servidor não aprovado em estágio probatório será exonerado ou, se estável, reintegrado a cargo disponível em sua área de atuação.</p> <p>(C) é de 15 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.</p> <p>(D) ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 3 anos.</p> <p>(E) considera-se exercício o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.</p>
<p>57. No que tange a acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) o servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, hipótese em que acumulará ambas as remunerações.</p> <p>(B) o servidor público poderá acumular as remunerações oriundas de um cargo de técnico com outra de analista do Tribunal Regional do Trabalho, independente da compatibilidade de horários.</p> <p>(C) é vedada a percepção de vencimento de cargo efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.</p> <p>(D) a proibição de acumular não se estende aos cargos e funções em sociedades de economia mista da União, suas subsidiárias, e sociedades controladas indiretamente pelo Poder Público.</p> <p>(E) o diretor de um Órgão Estadual, que exerce suas funções das 8 às 16h, poderá ocupar o cargo de professor de uma autarquia das 13 às 19h, desde que esta seja municipal.</p>	<p>60. É dispensável a licitação quando</p> <p>(A) houver viabilidade de competição, mas a autoridade decide não realizar o certame por entender inconveniente ao interesse público, independente de previsão legal específica.</p> <p>(B) houver inviabilidade jurídica ou material de competição, à critério da Administração e nos casos taxativamente previstos em lei.</p> <p>(C) impositivamente estabelecido em lei, não existindo qualquer margem de liberdade de atuação ao agente público.</p> <p>(D) for objetivamente inoportuna ao interesse público, segundo enumeração exemplificativa estabelecida em lei.</p> <p>(E) houver possibilidade de competição, mas a Administração, discricionariamente, decide não realizá-la por constatar uma das hipóteses de dispensa, taxativamente previstas em lei.</p>

**ESTUDO DE CASO**

Com base nos Balanços Patrimoniais de 2004 e 2005 e no movimento do Caixa do último exercício, fornecidos a seguir, pede-se:

- a) Apresentar o Balanço de acordo com a legislação vigente;
- b) Elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício para o período findo;
- c) Fazer a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d) Fazer a DOAR – Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

<b>CIA Alvorada - BALANÇOS PATRIMONIAIS</b>		
<b>ATIVO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Caixa	2.000	6.000
Clientes	25.000	34.000
Mercadorias	3.000	37.000
Despesas de Seguros Antecipadas	0	2.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>30.000</b>	<b>79.000</b>
<b>PASSIVOS + Patrimônio Líquido</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Fornecedores	17.000	26.000
Vendas Antecipadas		18.000
Salários a Pagar		10.000
Capital	15.000	20.000
(-) Capital a Realizar	(2.000)	
Lucros Acumulados	0	5.000
<b>Total Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>30.000</b>	<b>79.000</b>

<b>MOVIMENTO DO CAIXA EM 2005</b>		
<b>1 - Entradas de Caixa no Período</b>		
Vendas Recebidas no período	80.000	
Recebimento de Clientes	109.000	
Recebimento de Acionistas	<u>7.000</u>	<b>196.000</b>
<b>2 - Saídas de Caixa no Período</b>		
Compras efetuadas	40.000	
Pagamento de Fornecedores	80.000	
Salários	36.000	
Seguros Contratados	6.000	
Pagamento de Diversas Despesas	<u>30.000</u>	<b>192.000</b>
<b>3 - Saldo do Movimento no Período (1-2)</b>		<b>4.000</b>

a. Apresentar o Balanço de acordo com a legislação vigente.

R A S C U N H O

b. Elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício para o período findo.

R A S C U N H O

c. Fazer a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

R A S C U N H O

d. Fazer a DOAR - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

R A S C U N H O